



ACÓRDÃO Nº624/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12246/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Nhamundá.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Artur Paulain Gomes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1511/2023-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Nhamundá. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Artur Paulain Gomes**, gestor da Câmara Municipal de Nhamundá, referente ao exercício de 2021, nos termos do artigo 22, inciso II, da Lei Estadual nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, em razão das impropriedades relacionadas nos itens 2, 3 e 4 da proposta de decisão;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Artur Paulain Gomes**, no valor de **R\$20.481,60**, (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos) com fundamento no artigo 54, inciso I, alínea "a", da Lei Estadual nº 2.423/1996-LOTCEAM, em razão do não envio e/ou do envio intempestivo dos balancetes referentes aos doze meses do exercício de 2021, de que trata o achado nº 1 constante no Relatório Conclusivo nº 02/2023-CI/DICAMI da Diretoria de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior (DICAMI); Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo –



ACÓRDÃO Nº624/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

FAECE”;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Estadual nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Estadual nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Artur Paulain Gomes**, no valor de **R\$ 3.413,60**, (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos) com fundamento no artigo 54, inciso I, alínea “c”, da Lei Estadual nº 2.423/1996-LOTCEAM, em razão da não publicação e/ou publicação intempestiva do Relatório de Gestão Fiscal referentes ao 1º e ao 2º semestres de 2021, de que tratam os achados nº 19 e nº 20 constantes no Relatório Conclusivo nº 02/2023-CI/DICAMI da Diretoria de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior (DICAMI); Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Estadual nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Estadual nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



ACÓRDÃO Nº624/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Artur Paulain Gomes**, no valor de **R\$ 1.706,80**, (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) com fundamento no artigo 54, inciso VII, da LOTCE/AM pelas restrições ausência de levantamento geral dos bens de consumo e permanentes, ausência de registro e tombamento dos bens permanentes, ausência de sistema de controle de almoxarifado eficaz, de que tratam os achados nº 7, nº 8 e nº 9 constantes no Relatório Conclusivo nº 02/2023-CI/DICAMI da Diretoria de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior (DICAMI);

Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Estadual nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Estadual nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Dar ciência** da presente decisão à Câmara Municipal de Nhamundá;

- 10.6. Dar ciência** da presente decisão ao **Sr. Artur Paulain Gomes**.

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de abril de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.



ACÓRDÃO Nº624/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral